

## ALLEGATO V

### NORMATIVA TECNICA DI RIFERIMENTO

Procedura aperta, ai sensi dell'art. 7, comma 3, del Decreto MAECI n. 192/2017 e ss.mm.ii., per l'affidamento dell'incarico relativo allo sviluppo del *“Progetto di fattibilità tecnico economica e Progetto esecutivo per la realizzazione del Centro Agro-Alimentare di Manica, in Mozambico, nell'ambito della Iniziativa di cooperazione AT CAAM – AID 012542/01/0”* - **CIG B72428C243**.

L'operatore economico aggiudicatario è tenuto ad eseguire la progettazione nel rispetto delle esigenze espresse nel progetto di fattibilità allegato al presente bando di gara e della normativa vigente su territorio mozambicano, in materia di opere pubbliche. In caso di mancata completezza normativa, il candidato potrà utilizzare la normativa vigente su territorio italiano. Qui di seguito un elenco della normativa locale da utilizzarsi:

#### Normativa mozambicana

- Urbanistica:
  - Decreto nr. 23\_2008 - regolamento da Lei de Ordenamento do Território;
  - Decreto nr. 56\_2006 - Regulamento do Solo Urbano;
  - Decreto nr. 66\_98 - Regulamento da Lei de Terras;
  - Lei nr. 19\_2007 - Lei do Ordenamento do Território.
- Sicurezza:
  - Diploma Legislativo n.º 120\_71, de 13 de Novembro- aprova o Regulamento de segurança do Pessoal e Higiene no Trabalho, aplicável a Obras de Engenharia Civil
- Salute e alimentazione:
  - Decreto nr. 15\_2006 - Regulamento sobre os Requisitos higiénico- sanitários de produção, Transporte, comercialização e Inspeção e Fiscalização de materiais alimentares
  - Decreto nr. 76\_2019 - Redefine as competências e composição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
  - Diploma Ministerial n.º 51\_1984 Aprova o Regulamento sobre os Requisitos higiénicos dos Estabelecimentos Alimentares
- Prevenzione incendi:
  - Decreto nr. 23\_2024 - Regulamento de Proteção contra incêndios em edifícios e Recintos
  - Lei n.º 7\_2021 - Estabelece o Regime jurídico de Proteção Contra incêndios.
  - Lei nr. 10\_2021 - Adequa a organização e o funcionamento do Serviço Nacional de Salvação Pública
- Impatto ambientale:
  - Decreto n.º 13\_2006- Gestão De Resíduos
  - Decreto nr. 25\_2011 - Decreto n.º 25\_2011- Regulamento sobre o Processo de Auditoria Ambiental
  - Lei n.º 20\_97- Lei do Ambiente
  - Decreto n.º 31\_2012- Processo de Reassentamento Resultante de Actividades económicas
  - Diploma Ministerial n.º 156\_2014- Directiva Técnico Processo de Elaboração e Implementação dos Planos de Reassentamento
  - Decreto n.º 18\_2004- Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de emissão de Efluentes
  - Decreto n.º 67\_2010- Alteração alguns artigos e anexos do Decreto n.º 18\_2004
  - Decreto nr. 54\_2015 - Regulamento Sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental

- Diploma Ministerial nº 129\_2006- Directiva Geral para a Elaboração de Estudos de Impacto Ambiental
- Diploma Ministerial nº 130\_2006- Directiva Geral sobre o Processo de Participação Pública
- Strutture:
  - Dec. 94-13- 31-12 construção civil
  - Decreto nr. 2\_2024 - Regime de Licenciamento de Obras Particulares
  - Decreto nr. 66\_2020 - Regulamento de Licenciamento de Laboratórios de Engenharia Civil e de Materias de Construção
  - Decreto\_do\_conselho\_de\_ministros\_n\_38\_2009\_pdf\_13954 - exercicio da actividade de empreiteiro
  - Diploma Ministerial n.º 77\_2015 - Regulamento do Licenciamento da Actividade de Empreiteiro de Construção Civil
  - Diploma Ministerial nr. 2\_2021 - Regulamento Interno da Inspeção-Geral de Obras Públicas
  - Reg. empreiteiro de construçao civil
  - Regime de Licenciamento de Obras Particulares
  - Regto emp. de Obras Pub e C. Civil
  - Regto Pequena Industria de construçao Civil
  - Regulamento Geral das Construções Urbanas
- Energia e impianti fotovoltaici:
  - Decreto n.º 8\_2000, de 20 de Abril, que aprova o Regulamento que estabelece as competências e os procedimentos para atribuição
  - Decreto n.º 42\_2005, de 29 de Novembro, que aprova o Regulamento que estabelece as normas referente a rede nacional de energia eléctrica
  - Decreto n.º 51\_2013, de 13 de Setembro, que aprova o Regulamento de competências dos técnicos responsáveis pelas instalações eléctricas
  - Decreto n.º 60\_2021, de 18 de Agosto, que aprova o Regulamento de Licenças para instalações eléctricas
  - Decreto n.º 81\_2022, de 30 de Dezembro, que aprova a Taxa Regulatória para o Sector de Energia
  - Decreto n.º 93\_2021, de 10 de Dezembro, que aprova o Regulamento de Acesso a Energia nas Zonas Fora da Rede
  - Decreto sobre o Sistema Tarifario de Eletricidade
  - Diploma Ministerial n.º 84\_2023, de 7 de Junho, que aprova o Modelo de Certificado de Registo Provedor de Serviços de energia
  - Diploma Ministerial n.º 184\_2014, de 12 de Novembro, que aprova o Código da Rede Eléctrica Nacional
  - Estratégia de desenvolvimento de energias novas e renovaveis (edenr)
  - Lei n.º 12\_2022, de 11 de Julho, Lei da Electricidade

- Resolução Normativa n.º 1\_ARENE-CA\_2022, de 19 de Dezembro, que aprova o Regulamento Tarifario para Mini Redes nas Zonas Fora da Rede
  - Resolução Normativa n.º 2\_ARENE-CA\_2022, de 19 de Dezembro, que aprova o Regulamento de Interligação de Mini-redes
  - Resolução Normativa n.º 3\_ARENE\_2022, de 19 de Dezembro, que aprova o Regulamento de Normas Técnicas e de Segurança
  - Resolução Normativa n.º 4\_ARENE\_2022, de 19 de Dezembro, que aprova o Regulamento de Qualidade de Serviço e relações comerciais
- Contratti per opere pubbliche:
    - Decreto nr. 79-2022 - Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado

L'operatore economico aggiudicatario è tenuto al rispetto di ogni normativa vigente alla data della pubblicazione del bando anche se non espressamente riportata nell'elenco precedente. Inoltre, egli assume l'obbligo di monitorare i successivi chiarimenti pubblicati da ogni Ministero o Ente competente per successive modifiche o integrazioni delle normative vigenti.